# SIAC e a arbitragem internacional

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um centro financeiro vive de contratos. Empréstimos, garantias, vendas de commodities, contratos de afretamento, joint ventures e acordos de acionistas pressupõem que um litígio, se surgir, será decidido por um órgão neutro cuja decisão possa ser executada onde a parte vencida tiver bens. Para os negócios transfronteiriços, esse órgão é muitas vezes um tribunal arbitral. Este capítulo examina como Singapura se tornou uma das principais sedes de arbitragem internacional do mundo. Começa com o International Arbitration Act 1994, que adotou a Lei Modelo da UNCITRAL, e passa depois ao Singapore International Arbitration Centre (SIAC), fundado em 1991. Em seguida, trata das SIAC Rules e de seus procedimentos para uma arbitragem rápida e econômica, dos tribunais de Singapura em seu papel de supervisão e execução e dos litígios sobre commodities e comércio, que formam a maior categoria dos casos do SIAC.

O tema decorre do capítulo anterior, que apresentou o Estado de Direito como parte da infraestrutura econômica da cidade. A arbitragem é o ponto em que essa infraestrutura se torna um serviço vendido a estrangeiros. Partes da Índia, da China, do Vietnã, da Indonésia ou dos Estados Unidos que escolhem Singapura como sede muitas vezes não têm nenhuma outra ligação com a ilha. Compram seu direito, seus tribunais, seus árbitros e suas salas de audiência, assim como uma família de Jacarta

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

compra os serviços de custódia de um banco de Singapura. A Singapore International Commercial Court e o quadro para a mediação internacional, que completam a oferta, são objeto do capítulo F.III.

A comparação com Genebra é estreita. O volume sobre Genebra descreve como a Suíça, por meio do capítulo 12 da Lei suíça de direito internacional privado (IPRG/PILA) e das Swiss Rules, tornou-se uma sede preferida por partes que queriam um foro neutro fora de suas jurisdições de origem.[1] Singapura perseguiu o mesmo objetivo como jurisdição de common law na Ásia, com o apoio deliberado do Estado. As duas cidades mostram que uma sede de arbitragem se constrói com legislação, instituições e autocontenção judicial. Uma vez estabelecida, ela reforça o centro financeiro ao seu redor.

## O essencial

Singapura aderiu à Convenção de Nova York em 1986 e adotou a Lei Modelo da UNCITRAL por meio do International Arbitration Act 1994, que entrou em vigor em 27 de janeiro de 1995. A lei confere força de lei à Lei Modelo, acrescenta dois fundamentos para a anulação de uma sentença arbitral (fraude ou corrupção e violação da justiça natural) e permite que os tribunais apoiem arbitragens com sede no exterior por meio de medidas cautelares. O Singapore International Arbitration Centre, criado em 1º de julho de 1991, recebeu 886 novos casos em 2025, 89% deles internacionais, com valor total em disputa de US$ 14,53 bilhões. A sétima edição de suas Rules, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, acrescentou um Streamlined Procedure (procedimento simplificado) de três meses para pretensões de até S$ 1 milhão e elevou para S$ 10 milhões o limite do Expedited Procedure (procedimento expedito) de seis meses. Os tribunais de Singapura anulam sentenças arbitrais apenas por vícios graves. Os litígios comerciais representaram 39% dos novos casos do SIAC em 2025.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

## Notas

1. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie F, chapitre III, seções « Le droit suisse de l'arbitrage international » e « Les institutions : le Swiss Arbitration Centre et les autres ». ↩

## Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com